

O LÚDICO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

THE LÚDICO AS PEDAGOGICAL PRACTICE IN CHILD EDUCATION

¹José Almir Pereira ALENCA, ¹Goiamar Barros da CONCEIÇÃO, ¹Elias Da Silva LIMA,
^{2,3}Severina Alves de ALMEIDA, ³Renato dos Reis FERREIRA

¹Universidade Federal do Tocantins UFT (Campus de Tocantinópolis), ²Universidade de Brasília UnB,
³Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT

Resumo

O presente trabalho tem como foco a ludicidade e seu uso na Educação Infantil. Nosso objetivo foi fazer uma reflexão teórica sobre o papel que os jogos e as brincadeiras desempenham na aprendizagem da criança, na faixa etária de 04 a 05 anos, período da Educação Infantil. Buscando embasamento teórico sobre esta temática, recorreremos às considerações de Winnicott (1996), Friedmann, (1996), Kishimoto (2003), Piaget (1998), Vygotsky (1984) dentre outros teóricos da Educação, que expõem experiências acerca do desenvolvimento humano numa perspectiva que prioriza a Educação Infantil como base inicial da formação para cidadania, compreendendo a criança como ser humano pleno. Sabemos que o lúdico tem uma grande importância para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, principalmente em relação aos jogos e brincadeiras no processo de ensino e da aprendizagem e na formação da personalidade humana. Tendo como foco principal as estratégias utilizadas com as crianças para vivenciar como as mesmas se desenvolve cognitivamente, afetiva e emocionalmente ao desenvolver atividades lúdicas. Além de tentar entender como esse processo com jogos pedagógicos podem influenciar em sua aprendizagem e no seu desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando no processo de socialização, comunicação, expressão e construção do pensamento.

Palavras chave: Criança; Educação Infantil; Ludicidade; Desenvolvimento; Aprendizagem.

Abstract

This study on the playfulness and its use in kindergarten. Our goal was to make a theoretical reflection on the role that games and play pranks on children's learning in the age group 04-05 years, the period of early childhood education. Seeking theoretical basis on this issue, we turn to considerations of Winnicott (1996), Friedmann (1996), Kishimoto (1994), Piaget (1998), Vygotsky (1984) and other theorists of Education, which expose experiments on human development in perspective that prioritizes early childhood education as the basis of initial training for citizenship, including the child as a full human being. We know that the playfulness has a great importance for the development of children in early childhood education, especially in relation to games and play in the process of teaching and learning and the formation of human personality. Focusing primarily on the strategies used with children to experience the same as it develops cognitive, affective and emotionally to develop recreational activities. Besides trying to understand how this process with educational games can influence their learning and in their social, personal and cultural, facilitating the process of socialization, communication, construction and expression of thought.

Keywords: Children; Childhood Education; Playfulness; Development; Learning.

INTRODUÇÃO

O educador, em sua atividade docente, pode pensar em diferentes formas de ensinar, e uma delas é propiciar momentos que inclua dinâmicas para que as crianças possam adquirir um repertório de atividades lúdicas. Isso porque, mesmo que o brincar seja natural da infância, os pequenos não nascem sabendo como fazer isso; eles só brincam porque interagem com alguém e é nessa interação que se estabelecem vínculos afetivos promotores da aprendizagem.

O lúdico na educação infantil é considerado um procedimento didático-pedagógico importante, inclusive pelos Referencias Curriculares da Educação Infantil (1998). Dessa forma, a escolha desse tema surgiu a partir das vivências nos espaços de Educação Infantil, onde percebia que ao brincar as crianças desenvolvia mais facilmente suas habilidades intelectuais, motor e afetivo. Como também abria em seu mundo um caminho para a autonomia, a criatividade, a capacidade de imaginar e representar nas suas diversas formas de expressão, além de que a aprendizagem ocorria de maneira espontânea, divertida, sem transtornos e durante esse processo os alunos absorviam os conteúdos de forma alegre e descontruída.

Com o intuito de conhecer as contribuições do lúdico para o processo ensino aprendizagem da criança na educação infantil, este estudo foi elaborado. O intuito foi compreender como se efetiva o processo de aprendizagem das crianças, a partir da sua vivência com os jogos e brincadeiras. Levando em consideração os pequenos e suas múltiplas formações nos aspectos biológicos, sociais, cognitivos, afetivos e emocionais. O objetivo foi mostrar que o lúdico tem uma grande importância para o desenvolvimento das crianças na educação infantil, principalmente em relação aos jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem e na formação da personalidade humana.

A escolha dessa temática se deu a partir da realização do estágio na unidade Pré - Escolar Santa Terezinha, instituição mantenedora pela Secretaria de Educação Municipal de Tocantinópolis – TO, momento este em que percebemos que as crianças são bastante dispersas, inquietas e muitas aparentemente são carentes, mas todos têm algo em comum que é gostar das atividades lúdicas.

O trabalho se desenvolveu da seguinte forma: primeiro foi realizada uma consulta das fontes bibliográficas, buscando embasamento teórico para fundamentar o estudo. No decorrer da pesquisa, fez-se necessário conhecer o que é a infância e a ação do brincar, conceituar os principais termos utilizados para designar tal atividade, métodos adotados, os benefícios que o brincar proporcionam, tornando-se também fundamental avaliar o papel do professor neste processo. Portanto o jogo, quando trabalhado na primeira fase da educação infantil, oferece tanto ao professor como à criança inúmeras possibilidades educacionais contribuindo para o desenvolvimento corporal estimulando a inteligência e enriquecendo a vida psíquica da criança, possibilitando ao educador avaliar e refletir sobre sua prática pedagógica.

Nesse sentido, o texto aborda as múltiplas possibilidades que o lúdico desenvolve no mundo interno e externo da criança, além de esclarecer as várias formas em que se estabelecem as atividades lúdicas: no sentido, nas relações lógicas, na integração das percepções, nas estimativas compatíveis com o crescimento físico e o desenvolvimento infantil. Constitui-se de um relato de experiência em relação às atividades desenvolvida no espaço escolar, onde o seu uso permitirem um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento.

Com efeito, a ludicidade pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do ser humano, seja ele de qualquer idade, auxiliando não só na aprendizagem, mas também no

desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando no processo de socialização, comunicação, expressão e construção do pensamento.

1. A Infância como Categoria Social

Lopes da Silva e Nunes (2002) *apud* Almeida (2010) sustentam que na origem das causas que levaram a classificar como inadequado o tradicional e ortodoxo modelo de se pensar a infância, encontrava-se o acervo etnográfico reunido até então, nomeadamente aqueles recolhidos das sociedades não ocidentais. Para as autoras, mesmo que disperso e com falhas substanciais, esse material permitiu que se começasse a perceber, lentamente, que o quadro de conceitos disponível também não se prestava ao exercício comparativo, não esquecendo que o modelo dominante era o das sociedades europeias, sendo as outras analisadas com base nestas.

Ainda de acordo com Lopes da Silva e Nunes (2002) *apud* Almeida (2010), em países ocidentais, por exemplo, na Inglaterra, na Noruega e na Dinamarca, estudos compreendendo infância ganham contornos no decorrer dos anos 1990. Entretanto, as iniciativas e os esforços realizados nas décadas anteriores, ou seja, em 1970 e 1980, bem como a crescente produção acadêmica que foi sendo produzida, permitiram à antropóloga Alison James e ao sociólogo Alan Prout identificarem a emergência de um novo paradigma para o estudo da infância. Estes/as pesquisadores/as estavam conscientes de que, por um lado, tal paradigma existia mais como potencial ou possibilidade, do que como conjunto de postulados teóricos solidamente desenvolvidos, e por outro, que as suas linhas iniciais eram de importância vital e prioritária para o desenvolvimento dos estudos sobre a infância.

Sendo assim, Lopes da Silva e Nunes (2002) identificam alguns aspectos que estariam no cerne desses paradigmas, quais sejam:

[...] A infância deve ser entendida como construção social, favorecendo assim um quadro interpretativo para os primeiros anos da vida humana. A infância, por oposição à imaturidade biológica, não é nenhuma característica natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico estrutural das várias sociedades [...] As relações sociais e a cultura das crianças são merecedoras de estudo em si mesmas, independentemente da perspectiva e dos interesses dos adultos [...] A infância é um fenômeno em relação ao qual uma dupla hermenêutica das ciências sociais está presente, ou seja, a proclamação do novo paradigma da sociologia da infância também deve incluir e responder ao processo de reconstrução da infância na sociedade (LOPES DA SILVA E NUNES 2002, p. 18) *apud* (AMEIDA, 2010, p. 36).

Para Almeida (2010) isso demonstra o quanto é necessário se pensar projetos educativos que contemplem as singularidades das crianças no que concerne aos aspectos culturais de suas sociedades.

Lopes da Silva e Nunes (2002, p. 23) *apud* Almeida (2010, p. 37) em suas investigações mais recentes sobre a infância, admitem a possibilidade de se observar a incidência de pelo menos quatro abordagens que irão favorecer a emergência de uma teoria acerca dos paradigmas para o estudo da fase inicial da vida da criança:

1. A infância como construção social. Esta abordagem desmonta conceitos até agora dados como supostos e inquestionáveis, como a universalidade da infância, defendendo sua pluralidade e diversidade. Tem implícito um papel político, libertando a criança do determinismo biológico e inserindo uma epistemologia

própria da infância nos domínios do social.

2. O mundo social da infância como um mundo à parte. É cheio de significados próprios e não um mero mundo de fantasia e imitação, precursor do mundo adulto. Esta abordagem enfatiza a infância como socialmente estruturada, mas não familiar para os adultos, e, portanto, passível de ser revelada apenas por meio de pesquisa, e recomenda que se faça muita etnografia.

3. As crianças como grupo minoritário. Esta abordagem tem se desenvolvido no âmbito de uma sociedade desigual e discriminatória, de relações do poder adulto sobre os rumos da infância. Considera a criança como um outro silenciado e pretende dar-lhe voz, apelando para que as pesquisas se façam “para” as crianças e não apenas “sobre” as crianças.

4. – A criança como categoria socio-estrutural. Nesta abordagem a criança volta a ter características universais, emergindo de constrangimentos específicos à estrutura social em que se inserem, ou seja, sua manifestação pode ser considerada um fato social que varia de sociedade para sociedade, mas que é uniforme dentro da mesma sociedade.

Segundo essa mesma linha de raciocínio Cohn (2001) *apud* Almeida (2010) entende que tem se discutido, cada dia com mais veemência, o papel da criança nas sociedades não ocidentais, admitindo, contudo, que muita coisa mudou desde os primórdios da civilização, em que se concebiam sociedades inteiras como primitivas ou mesmo como a infância da humanidade.

2. A Brincadeira como Linguagem Pedagógica: Educar Brincando e Aprendendo de Forma Séria

Em todo o seu contexto, pode-se ressaltar

que o lúdico não é a única forma para melhoria no intercâmbio ensino-aprendizagem, mas é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados, por parte dos professores interessados em promover mudanças. Nesse sentido:

[...] É fundamental que se assegure à criança o tempo e os espaços para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para a criatividade e a participação cultural e, sobretudo para o exercício do prazer de viver, e viver, como diz a canção [...] como se fora brincadeira de roda (MARCELINO 1996, p. 38).

Nessa perspectiva, como bem colocado por Rizzi e Haydt (1986), jogar é uma atividade natural do ser humano, pois ao brincar a criança fica tão envolvida com o que está fazendo que aflora sentimento e emoção, desenvolvendo um elo integrador entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Assim, brincando e jogando, a criança ordena o mundo à sua volta e assimila experiências e informações, além de incorporar atividades e valores.

Considerando que o lúdico é importante para a socialização e o desenvolvimento da criança, Winnicott (1971), entende que brincar é sinal de saúde, pois dificilmente uma criança que está bem se nega a entrar em uma atividade lúdica. Por isso, as brincadeiras ajudam a detectar possíveis problemas físicos e psicológicos, pois enquanto brincam, as crianças expressam seus sentimentos. Ademais, “o brincar facilita o crescimento e, em consequência, promove o desenvolvimento. Uma criança que não brinca não se constitui de maneira saudável, tem prejuízos, no desenvolvimento motor e sócio/afetivo. (WINNICOTT 1971, p. 63).

Vale ressaltar que quando uma criança dá sentido a um brinquedo industrializado ou a sucatas, significa que o objeto em si não é a brin-

cadeira, mas sim um elemento importante que estimula sua fantasia e criatividade. Por exemplo: se impedimos os meninos de brincarem com revólveres, por entendermos que esses brinquedos estimulam brincadeiras violentas, eles constroem armas com qualquer artefato que esteja ao seu alcance e dão prosseguimento a sua brincadeira. Um instrumento privilegiado para o desenvolvimento da criança é a brincadeira, uma maneira criativa e inventiva dela realizar a incrível jornada de desenvolvimento e crescimento. Por isso é que devemos dizer que brincadeira é coisa séria (LOPES, 2005, p. 27).

2.1. Brincar, Brincadeira, Brinquedo...

Como a gente era pobre e não tinha dinheiro para comprar os brinquedos, a gente fazia os brinquedos. Minha mãe me ensinou a fazer chapéus de Napoleão com jornais, a recortar bonequinhos, todas de mãos dadas, a fazer corrupios com botões e linhas, a fazer barquinhos de papel que eu colocava na enxurrada.

Rubem Alves – “Quando eu era menino”

Com efeito, para entender o universo lúdico é fundamental compreender o que é brincar e para isso, é importante conceituar adequadamente palavras como jogo, brincadeira e brinquedo, facilitando assim aos educadores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a melhor escolha de atividades lúdicas em suas atividades pedagógicas. Todavia, não é tarefa fácil conceituar essas palavras já que vários autores compreendem os termos de uma forma diferente.

Nesse sentido, Rizzi e Haydt (1986 p. 14) convergem para a mesma perspectiva quando afirmam: “O brincar corresponde a um impulso da criança, e este sentido, satisfaz uma necessidade interior, pois, o ser humano apresenta uma

tendência lúdica”.

Para Piaget (1998), os jogos e as atividades lúdicas tornaram-se significativas à medida que a criança se desenvolve, com a livre manipulação de materiais variados, ela passa a reconstituir reinventar as coisas, o que já exige uma adaptação mais completa. Essa adaptação só é possível, a partir do momento em que ela própria evolui internamente, transformando essas atividades lúdicas, que é o concreto da vida dela, em linguagem escrita que é o abstrato.

Segundo Almeida (1995), na infância o jogo é essencial. Brincando e jogando, a criança reproduz suas vivências, transformando a realidade de acordo com seus interesses e desejos, de forma dinâmica e criativa. E o jogo é uma atividade livre, onde há regras não convencionais, de caráter competitivo, que se caracteriza pela espontaneidade e possibilita a expressão de vivências culturais de maneira intensa.

Assim, na brincadeira, a criança não tem limites, pode modificá-la, aumentar-se, incluir novos membros, modificar as regras, enfim existe uma ampla liberdade de ação para as crianças. Já o jogo está essencialmente associado ao objeto (brinquedo) quanto à brincadeira. É uma atividade mais estruturada e organizada por um sistema de regras mais explícitos.

Vejamos o que diz Friedmann (1996):

[...] Ao observarmos detidamente a brincadeira infantil, duas características se destacam de imediato: o prazer que envolve o jogo se contrapõe a momento de tensão, a uma série de compenetração dos jogadores envolvidos. O jogo é prazeroso e sério ao mesmo tempo (FRIEDMANN 1996, p.11).

Nesse sentido, percebe-se que o jogo é muito mais que brincar, se divertir. Através do jogo a criança constrói novos conhecimentos, comunica-se com o mundo e também expressa seus

sentimentos, com alegria, angústia, tristeza, etc. E ao brincar a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais.

Vygotsky (1984) atribuiu relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil. É brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. A criança, por meio da brincadeira, reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento.

2.2. A importância das brincadeiras e dos jogos para o desenvolvimento da criança

Para que o desenvolvimento das atividades lúdicas realmente perpetue sua fundamental importância, faz-se necessário garantir a formação do educador e condições de atuação nas escolas de educação infantil. Tomando o trabalho e o processo de aprendizagem construtivo, criativo e lúdico.

[...] O educador pode desempenhar um importante papel no transcorrer das brincadeiras se consegue discernir os momentos em que deve só observar, em que deve intervir na coordenação da brincadeira ou em que deve integrar-se como participante da mesma (OLIVEIRA 2002, p. 134).

Diante disso, o papel do educador enquanto mediador de um ensino aprendizagem lúdico está na relação que o próprio educador tem com a brincadeira; assim é importante também que o professor sinta prazer em brincar, jogar, participar das atividades lúdicas demonstrando interesse, compreensão e importância do jogar no desenvolvimento de seus alunos, além de incluir a

criança no planejamento das atividades na escola e despertar nela o prazer em fazer, participar, valorizar o que constrói.

Para a autora Kishimoto (1994) o brinquedo é compreendido como um “objeto suporte da brincadeira”, ou seja, brinquedo aqui estará representado por objetos como piões, bonecas, carrinhos, etc. Diante disso, é de fundamental importância que se compreenda que o conteúdo do brinquedo não determina a brincadeira da criança, ao contrário, o ato de brincar (jogar, interagir, participar) é que revela o conteúdo do brinquedo.

A forma como se apresenta a brincadeira infantil, hoje, confirma a tese como bem demonstrou Brougère (1989, p. 32), ou seja, de que não existe na criança um jogo natural. A brincadeira é o resultado de relações interindividuais, portanto, de cultura. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar.

[...] A brincadeira é uma forma de comportamento social, que se destaca da atividade do trabalho e do ritmo cotidiano da vida, reconstituindo-os para compreendê-los, segundo uma lógica própria, circunscrito e organizado no tempo e no espaço (WAJSKOP 2001, p. 29).

Sabe-se que a brincadeira pode ser coletiva ou individual. Ao brincar, afeto, motricidade, linguagem, percepção, representação, memória e outras funções cognitivas estão totalmente interligados. Na brincadeira, a criança não tem limites, pode modificá-la, aumentar-se, incluir novos membros, modificar as regras, enfim existe uma ampla liberdade de ação para as crianças. Já o jogo está essencialmente associado ao objeto (brinquedo) quanto à brincadeira. É uma atividade mais estruturada e organizada por um sistema de regras mais explícitos. [...] Ao observarmos detidamente a brincadeira infantil, duas características se destacam de imediato: o prazer que envolve o jogo se contrapõe a momento de tensão, a

uma série de compenetração dos jogadores envolvidos. O jogo é prazeroso e sério ao mesmo tempo (FRIEDMANN 1996, p. 11).

Nesse sentido, percebe-se que o jogo é muito mais que brincar, se divertir. Através do jogo a criança constrói novos conhecimentos, comunica-se com o mundo e também expressa seus sentimentos, com alegria, angústia, tristeza, etc. Sendo assim, Ramos (2000, p. 160) afirma que “ao brincar a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais”.

Para que o desenvolvimento das atividades lúdicas realmente perpetue sua fundamental importância, faz-se necessário garantir a formação do educador e condições de atuação nas escolas de educação infantil. Tomando o trabalho e o processo de aprendizagem construtivo, criativo e lúdico.

[...] O educador pode desempenhar um importante papel no transcorrer das brincadeiras se consegue discernir os momentos em que deve só observar, em que deve intervir na coordenação da brincadeira ou em que deve integrar-se como participante da mesma (CERISARA *apud* OLIVEIRA 2002, p. 134).

A realização deste trabalho buscou-se observar e entender as várias propostas e ações existentes no âmbito da Educação Infantil. O que demonstra a necessidade de mudanças no contexto educacional, sendo assim, o educador torna-se um dos principais, senão o mais importante protagonista dessa mudança.

2.3. A Ludicidade na educação Infantil: aspectos legais

A atividade lúdica é tão importante que é considerada um Direito de todas as crianças. Entretanto muitas delas não têm essa possibilidade

porque precisam trabalhar, ou porque não são compreendidas em suas algazaras, risadas e correrias. “Outras estão impedidas de brincar pelo excesso de estímulos às aprendizagens precoces dos conhecimentos. Com tudo isso, a criatividade e a poesia, o prazer e o direito de brincar acabam não sendo exercidos pelas crianças” (LOPES, 2005, p. 25).

Com efeito, no contexto educacional brasileiro a educação infantil que se desenvolve em creches e pré-escolas, ganha um novo sentido no sistema escolar brasileiro, passando a integrar a Educação Nacional, a partir de dezembro de 1996 quando entrou em vigor a Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a atual LDB.

Esta lei, no Título V – Dos níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, no Capítulo I, da Composição dos Níveis Escolares, em seu art. 21, diz que a educação escolar compõe-se de dois níveis: I educação básica e II educação superior. A educação básica, por sua vez, subdivide-se em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Na Seção II, em seu art. 29 diz: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade”.

No art. 30 diz que a educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. Tanto as creches, que atendem crianças de zero a três anos, como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas instituições de educação infantil. A distinção entre ambas é feita pelo critério de faixa

etária.

O título IV trata da organização da Educação Nacional, art.II, v. considera que: Os municípios incumbir-se-ão de: [...] oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Especifica no art. 9º, IV, que: “A união incumbir-se-á de [...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil [...] que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”.

Dessa forma O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL1998, p.13), especifica os vários aspectos a serem contemplados, dentre eles o ato de brincar.

Nesse sentido,

[...] O acesso das crianças aos bens sócios culturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, comunicação, interação, ao pensamento, à ética e à ciência. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Abramowicz e Wajskop (1995) *apud* Campos (2005), afirmam que um ambiente coletivo de crianças e adultos traz vantagens em relação à situação familiar, devido à possibilidade de contar com recursos humanos e materiais que propiciam maior variedade de oportunidades de situações

vividas pela criança, o que estimula sua sociabilidade e aprendizado sobre o mundo que a cerca.

A LDB 9394/96, ao contemplar a importância do brincar nas creches e pré-escolas, deixa implícita a ideia de que deve haver espaço para o brincar e para os jogos e as brincadeiras.

De acordo o estudo de Wajskop (1999, p.31), a garantia do espaço do brincar na pré-escola ou creches, é a garantia de uma possibilidade educação da criança.

Nesse sentido, a Constituição Brasileira de 1988 aborda um fator determinante na declaração dos direitos da criança incluindo, especificamente na história, o direito à educação em creches e pré-escolas, de acordo com seu Art. 208, inciso IV.

É importante salientamos que desde 1990, a Lei 8.069, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA insere as crianças no mundo dos direitos, mais designadamente no mundo dos Direitos Humanos, valorizando-as como pessoas em condições diferentes e específicas de desenvolvimento, como cidadãs, com direito ao afeto, a brincar, a querer, a não-querer, a entender, a opinar e a pensar. O presente Estatuto foi considerado pela UNICEF uma das legislações mais evoluída do mundo no campo do direito da criança e do adolescente, ao ressaltar a vida, a educação, a saúde, ao cuidado, a liberdade, ao convívio familiar e o lazer.

Com intuito fortalecer estas transformações, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, estabelece o vínculo entre a educação e a sociedade, fazendo referências exclusivas à educação infantil, de forma sucinta e geral. Portanto conclui-se que a educação para crianças com idade inferior de seis anos é a primeira etapa da educação básica, destaca a ideia de desenvolvimento integral e a obrigação do Estado com o atendimento gratuito em creches e pré-escolas. Mais é importante que nos atentamos à análise na educação infantil, orientando que não tem a finalidade de promoção, mas sim à visão preparativa para as

séries iniciais.

O Ministério da Educação e do Desporto propõe, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, que foram liberados em três volumes, sem valor legal, que se instituem num conjunto de proposta para os professores de creches em geral e pré-escolas, para que possam promover e ampliar as categorias necessárias ao exercício da cidadania da criança brasileira. O RCNEI, não tem valor legal, constitui-se apenas num conjunto de sugestões para professores de creches e pré-escolas. Não devendo ser usado como receita e sim, sugestões que podem servir de subsídios para o trabalho docente em educação infantil.

O RCNEI (BRASIL, 1998) estabeleceu a brincadeira como um de seus fatores norteadores, a definir como um direito da criança para desenvolver seu pensamento e habilidade comunicativa, sendo que elas são praticadas há muitos anos, entretanto, torna-se indispensável que o professor diferencie a brincadeira livre e o que é atividade pedagógica que engloba a brincadeira. Portanto se o professor/educador quiser fazer brincadeiras com a turma, deve avaliar que o mais importante é o interesse da criança por ela; se seu objetivo for à aprendizagem de conceitos, capacidade motora pode-se trabalhar com atividades lúdicas, só que aí não está desenvolvendo a brincadeira, porém atividades pedagógicas de caráter lúdicas. Portanto a escola deve oferecer oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção, elementos estes indispensáveis para a participação ativa da criança no seu meio.

Dessa forma, sabe-se que participando de jogos, as crianças aprendem a conhecer e a dominar a realidade, direcionando-se no espaço e no tempo. O jogo abre caminho para a autonomia, a criatividade, a capacidade da criança de imaginar e representar nas suas diversas formas de expressão, além de que a aprendizagem ocorre de maneira espontânea, divertida, sem transtornos

e durante esse processo os alunos absorvem os conteúdos de forma alegre e descontraída. Com os jogos e as brincadeiras as crianças se divertem e nesse momento recreativo aprendem a se relacionar com outros colegas e a descobrir o mundo à sua volta. Por isso, a escola deve garantir aos alunos espaços para as atividades lúdicas, tanto na sala de aula como ao ar livre, propondo gincanas, brincadeiras livres, jogos de competição, possibilitando assim, um momento de diversão e aprendizagem.

2.4. As crianças e os jogos: o cotidiano na sala de aula

Pensar em utilizar o jogo como atividade educacional é um avanço para a educação de sorte que os educadores devem tomar consciência de que levar o jogo para a sala de aula e usá-lo como conteúdo curricular, é indispensável para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo seus aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais.

Todavia, é importante que os educadores da educação infantil estejam informados sobre jogos, brinquedos, brincadeiras, e também sobre a criança e o seu desenvolvimento; para que o lúdico não seja visto apenas como um momento de diversão e recreação, mas como algo sério, pois as crianças muitas vezes aprendem mais e facilmente através dos jogos e brincadeiras.

É através dos jogos o professor consegue trabalhar alguns conflitos do dia-a-dia dos alunos, buscando as soluções para os mesmos e procura encontrar respostas para aquilo que não está bem. Dessa forma, a parte prática deste trabalho se realizou com crianças de 4 até 6 anos, onde se pode ter a oportunidade de desenvolver junto as elas atividades lúdicas, as quais além fazer com que eles pudessem se interagir facilmente com os outros colegas, também relacionar-los a sua aprendizagem.

Quando lançamos essa proposta ficamos

em dúvida quanto ao resultado. Todos estavam entusiasmados e de uma maneira prazerosa e significativa iniciamos o momento de descontração. Mas o objetivo principal, não era apenas o brincar em si, mas envolver as crianças, através do brincar no mundo de novos conhecimentos. Para isso, utilizamos materiais como bambolê, corda, pinos, bolas. E em cada atividade as crianças iam fazendo a relação com a matemática, Língua Portuguesa, ciências. Demonstram através de desenhos, dramatizações, gesto, e conversas vivenciando momentos do seu cotidiano.

De acordo com a observação realizada na Pré-Escolar Santa Terezinha constatamos e reafirmamos a importância das atividades lúdicas, os jogos e as brincadeiras, a serem frequentemente trabalhadas com crianças na faixa etária de 3 aos 6 anos, de forma motivadora e sedutora para que possa desenvolver na criança, a criatividade, o simbolismo, o raciocínio lógico e seu desenvolvimento como um todo.

Acreditamos que através das metodologias e planos bem elaborados, podemos promover desafios e interesses da criança, e que também é necessário formar educadores para enfrentar os desafios do novo século, pois com o avanço tecnológico transformou-se o ato de brincar em algo mecânico, faz com que a criança passe somente a se interar com acionadores e comandos antecipadamente estabelecidos.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 29) “cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, os papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou jogos de regras e de construção”, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais.

Diante destas afirmações fica notável a atuação de todos os envolvidos neste processo de desenvolvimento da criança, no sentido de buscar

o espaço que o brincar que vem perdendo ao longo dos anos. Pois sabemos que a criança através das brincadeiras é capaz de fazer a representação da vida e do mundo que a cerca, de suas fantasias, seus medos e sentimentos.

Portanto, é de grande relevância que os educadores responsáveis pela educação de crianças na fase do pré-escolar, ao planejarem suas atividades educativas, analisem os fatores relevantes como aqueles citados pelos estudiosos nessa pesquisa, que acima de tudo desenvolvam atividades que incluam brincadeiras, de onde o jogo tenha maior destaque, pois o mesmo é um meio de permitir tensões, fonte de prazer, alegria, descontração, convivência agradável e busca o desenvolvimento integral no processo educacional, contemplando os objetivos de um programa moderno de Educação para o pré-escolar.

Assim sendo, nos referimos às questões iniciais que conduziram ao desenvolvimento desta pesquisa e concluí que o educador é um mediador, um organizador do espaço, das atividades, dos limites, das certezas e até das improbabilidades do dia-a-dia da criança em seu processo de construção de conhecimento. É ele quem cria e recria sua proposta político-pedagógica e para que ela seja real, crítica e lógica, este educador deve ter competência para fazê-la. Introduzir atividades lúdicas, brincadeira e jogos, como elemento dinamizador de uma sugestão pedagógica exige, no mínimo, que este profissional tenha vivenciado tais atividades em sua trajetória acadêmica.

Partindo da análise final de todo o trabalho é possível compreender que a metodologia do lúdico no processo ensino aprendizagem da educação infantil é possível desde que o professor se aproprie com a inclusão dos jogos como forma de difundir os conteúdos. Por isso, entendo ser indispensáveis a vivência, a inteligência e o sentido, ou seja, o professor necessita nomear situações respeitáveis dentro do ambiente da em sala de aula; entender o que conheceu, sentiu e que com formato isso entusiasmo o processo de aprendiza-

gem; como também age no vivenciar, no brincar, a criança é mais natural.

Os resultados deste estudo nos mostram a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano. A escola precisa estar bem estruturada porque exerce papel relevante na formação da vida futura, no convívio com outras pessoas é que a criança adquire experiência, evolui no seu desenvolvimento e aprendizagem, experimentar, comparar, inventar, registrar, descobrir, perguntar, trocar informações reformular hipóteses, ela vai construindo o seu conhecimento sobre o mundo e desenvolvendo sua inteligência. Esse processo sem sombra de dúvida, os conteúdos podem ser trabalhados com o uso do lúdico, pois se acreditam que nessa maneira a criança pode trabalhar ou fixar um conteúdo com a prática lúdica, desde que, para isso, o jogo seja uma das táticas, métodos, lembrando que não poderá ser a única.

Assim, ao longo de todo o trabalho observou que a criança a partir da brincadeira estabelecida. Em todos os momentos as crianças participam corporalmente e mentalmente. Além de que desenvolve na criança, à compreensão de certos valores básico da conduta humana ou convívio social. Assim, os jogos são fundamentais não só pelo fato de divertir as crianças na escola, mas como mecanismo de aprendizagem tanto no sentido cognitivo, mas também emocional, afetivo e pessoal.

Considerações Finais

O presente trabalho realizado de uma forma resumida relata a importância do brincar para o desenvolvimento da criança. Brincar é essencial para a saúde física e mental do indivíduo, além de fazer parte do processo educativo do ser huma-

no. Dessa maneira, ao se pensar em utilizar o jogo como atividade educacional, antes se faz necessário que os educadores devam tomar consciência de que levar o jogo para a sala de aula e usá-lo como ferramenta curricular, é indispensável para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo seus aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais.

Nesse sentido, o trabalho foi de grande valia, pois ao longo do desenvolvimento de cada atividade, percebeu-se que os alunos não apenas brincavam e participavam dessas mesmas brincadeiras, mas logo ao realizarem-se atividades eles desenvolviam com mais facilidade.

Assim, ao se partir de atividades práticas as crianças aprender com jogos e brincadeiras não apenas uma aprendizagem cognitiva, mas principalmente, em todos os aspectos necessários para seu ensino-aprendizagem e desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e emocional. Todavia, é importante que os educadores da educação infantil estejam informados sobre jogos, brinquedos, brincadeiras, e também sobre a criança e o seu desenvolvimento. Para que o lúdico não seja visto apenas como um momento de diversão e recreação, mas como algo sério, pois as crianças muitas vezes aprendem mais e facilmente através dos jogos e brincadeiras.

Sendo assim, deduz-se que o trabalho tece seus objetivos alcançados e suas dúvidas esclarecidas, embora ainda tenha-se muito que fazer em relação a educação. Portanto, espera-se que as reflexões realizadas nessa pesquisa contribuam com os professores e outros, propondo uma visão mais clara sobre as brincadeiras e o ensino-aprendizagem, e que sirva como referência para quem queira se aprofundar sobre o tema jogos e brincadeiras, como instrumentos no desenvolvimento da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1995.
2. ALMEIDA, Severina Alves de. A Infância da Educação. **Anais do VI Congresso de Filosofia da Educação**. UFRJ, 2010.
3. ALMEIDA, Severina Alves de; LUCENA, Josete Marinho de; ATAIDE, Denyse Mota da Silva. A Brincadeira e a Educação Infantil: Um Diálogo Com Câmara Cascudo E Walter Benjamin. **Revista Cereus**. Nº 3, On-Line – Jun/Dez 2010. Disponível:<www.unirg.edu.br>. Acesso 24-jul-2013.
4. ALVES, Rubem. **Quando eu era menino**. Campinas: Papirus, 2003.
5. BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre o Brinquedo, a Criança e a Educação**. São Paulo: Summus, 1984.
6. BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Versão on-line. Disponível: www.senadofederal.org.br. Acesso dia 03 de abril de 2009.
7. _____. **Lei 8.069**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. 1990.
8. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. São Paulo: SINPRO, 1996.
9. _____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
10. BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.
11. CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Civilização e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Global, 2004.
12. CAMPOS, Marise. Concepção de infância. In: **Olhares das Ciências sobre as Crianças**. – Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005. 62 p. – (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância: Cadernos Pedagógicos; 1)
13. COHN, Clarice. A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin”;. In: LOPES DA SILVA Aracy, MACEDO, Ana Vera L. da Silva, NUNES, Ângela. (Org). **Crianças Indígenas Ensaio Antropológico**. São Paulo: FAPESP. Ed. Global, 2002.
14. FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.
15. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
16. LOPES, Maria Helena. Atividades de Estudo e Aprofundamento. In: **Olhares das Ciências sobre as Crianças**. – Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005. 62 p. – (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância: Cadernos Pedagógicos; 1)
17. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
18. PIAGET, **psicologia da criança**. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1998.
19. RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. **Atividades Lúdicas na Educação da Criança**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
20. VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
21. WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época, v.48).
22. WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Imago, 1971.

Corresponding author:

Keico Graciela Sano Trauth

Av. Universitária, 1105 - Universitário, Criciúma - SC,
88806-000.

Curso de Odontologia.

Tel: +55 (48) 3431-2796, +55 (48) 99662-6720.

E-mail: keicosano@unescc.net